



Governo do Estado de Mato Grosso  
CGE - Controladoria Geral do Estado

**Orientação Técnica de Corregedoria 0002/2021**

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:	Todas Unidades Orçamentárias
ASSUNTO:	Procedimentos a serem realizados no caso de arguição de incidente de sanidade mental previsto no art. 187, da Lei Complementar n. 04, de 15 de outubro de 1990.

ORIENTAÇÃO TÉCNICA ACERCA DO  
PROCEDIMENTO A SER OBSERVADO NOS  
CASOS DE INCIDENTE DE SANIDADE EM SEDE  
DE PROCESSO ADMINISTRATIVO  
DISCIPLINAR, (ART. 187, LEI COMPLEMENTAR  
N. 04/1990).

Cuiabá - MT  
Dezembro/2021



Governo do Estado de Mato Grosso  
CGE - Controladoria Geral do Estado

## **SUMÁRIO**

### **1. RELATÓRIO**

### **2. ANÁLISE TÉCNICA**

- 2.1. O que é incidente de sanidade?
- 2.2. Quem pode arguir? Quando pode ser arguido o incidente?
- 2.3. Quais condições ensejam a arguição?
- 2.4. Necessidade de suspensão do processo e seus efeitos
- 2.5. Formação da junta médica
- 2.6. Do pedido de instauração do incidente de sanidade
- 2.7. Da autuação e da instrução dos autos do incidente de sanidade
- 2.8. Dos atos essenciais que instruem os autos do incidente de sanidade
- 2.9. Quais as consequências da perícia?

### **3. CONCLUSÃO**



## 1 RELATÓRIO

1. Trata-se de Orientação Técnica elaborada com a finalidade de esclarecer e estabelecer os procedimentos a serem realizados no caso de arguição de incidente de sanidade mental previsto no art. 187, da Lei Complementar n. 04, de 15 de outubro de 1990.

2. O tema é alvo de diversas dúvidas e questionamentos pelos servidores que compõem as comissões processantes e pelas autoridades titulares da competência de instauração do incidente processual.

3. Deste modo, esta Orientação tem a finalidade de posicionar os servidores e as autoridades a respeito da definição de incidente de sanidade mental, dos sujeitos responsáveis pela arguição, do momento da instauração, da existência e demonstração de dúvida razoável quanto a sanidade mental do servidor acusado, da necessidade de suspensão do processo administrativo disciplinar, da formação da junta médica, da instrução dos autos incidentais e do procedimento a ser seguido, as consequências processuais em razão da declaração de insanidade.

4. Feita a síntese, passemos a exposição dos fundamentos.

## 2 ANÁLISE TÉCNICA

### 2.1 O QUE É INCIDENTE DE SANIDADE?

5. O **incidente da sanidade mental** é o instrumento processual hábil para averiguar a sanidade mental do acusado em caso de dúvida razoável a respeito dessa.

6. A Lei Complementar n. 04/1990 traz:

Art. 187. Quando houver dúvida sobre a sanidade mental do acusado, a comissão proporá à autoridade competente que ele seja submetido a exame por junta médica oficial, da qual participe pelo menos um médico psiquiatra.

Parágrafo único. O incidente de sanidade mental será processado em auto apartado e apenso no processo principal, após a expedição do laudo pericial.



7. Trata-se de prova de natureza pericial que visa:

(...) esclarecer duas possibilidades: de o servidor ter estado acometido de doença mental ao tempo do cometimento do fato - o que redundará na discussão de sua possível **inimputabilidade** - e/ou de o servidor estar acometido de doença mental ao tempo em que transcorre o processo administrativo disciplinar - o que redundará na discussão de suas **condições de acompanhar o feito**. (TEIXEIRA, Marcos Salles. Anotações sobre Processo Administrativo Disciplinar, 2020, p. 1166)

8. O processamento ocorrerá em autos apartados consoante dicção legal.

## 2.2 QUEM PODE ARGUIR? QUANDO PODE SER ARGUIDO O INCIDENTE?

9. A provocação do incidente de sanidade pode ser **suscitada pela defesa do servidor acusado ou pela comissão processante** designada para conduzir o processo administrativo disciplinar (PAD).

10. Quanto ao momento processual em que possa eventualmente ocorrer a provocação do incidente processual em debate, a doutrina orienta que o momento apropriado será, *verbis* :

(...) **imediatamente após o surgimento de dúvida razoável acerca da saúde mental do servidor** e, à vista de entendimentos jurisprudenciais e doutrinários, isto pode se dar em qualquer estágio do processo, inclusive em fase de julgamento, e não apenas na fase de instrução. (TEIXEIRA, Marcos Salles. Anotações sobre Processo Administrativo Disciplinar, 2020, p. 1168)

11. A questão da plenitude da capacidade de cognição e autodeterminação do agente é elemento substantivo, deveras relevante, a qual pode ser conhecida e discutida ainda que em momento anterior à instauração de procedimento de natureza disciplinar (PAD), quando da análise de admissibilidade.

12. Imbuído dessa natureza de essencialidade da questão de sanidade mental do indivíduo, em sede de processos judiciais e administrativos, o incidente poderá ser proposto até o julgamento do processo disciplinar pela autoridade competente.





### 2.3 QUAIS CONDIÇÕES ENSEJAM A ARGUIÇÃO?

13. A comissão processante, entendendo haver dúvida razoável acerca da sanidade mental do servidor acusado, deverá propor à autoridade instauradora a realização de exame pericial por junta médica oficial.

14. Entende-se por dúvida razoável a existência de elementos indicativos que permitam concluir, tendo por referência a concepção de cognição do homem mediano, ainda que de forma preliminar e limitada, pelo acometimento do servidor investigado por moléstia de ordem psiquiátrica que o leve à incapacidade, plena ou parcial.

15. É imperioso ressaltar que a dúvida razoável não deve ser confundida com eventuais embaraços provocados pelo servidor investigado, a fim de postergar a marcha processual, causando-lhe embaraços desnecessários e indevidos, nem tampouco qualquer transtorno psíquico ou mental ensejará a instauração de um incidente de sanidade.

16. O incidente de sanidade se presta a comprovar eventual ocorrência de situações, singulares e relevantes, que de fato incapacitem o acusado à prática de atos da vida civil, inclusive com reflexos na seara administrativa, nos termos do art. 4º do Código Civil:

Art. 4º São incapazes, relativamente a certos atos ou à maneira de os exercer:

(...)

III - aqueles que, por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade;

17. Em idêntico sentido, a seara criminal lançou olhar atento à questão da capacidade e assim considerou como inimputáveis aqueles que o art. 26 do Código Penal define, *verbis* :

Art. 26 - É isento de pena o agente que, por doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado, era, ao tempo da ação ou da omissão, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.

18. De outra banda, a mera alegação de incapacidade, por parte da defesa, não é suficiente para dar azo a instauração do incidente:

Sendo em geral um ato de instrução probatória solicitado pela defesa



Governo do Estado de Mato Grosso  
CGE - Controladoria Geral do Estado

(sem prejuízo de poder se dar de ofício), pode a comissão denegar eventual pedido de perícia médica se lastreado única e simplesmente em mera alegação desamparada de elementos de prova. (TEIXEIRA, Marcos Salles. Anotações sobre Processo Administrativo Disciplinar, 2020, p. 1166)

19. Nesse sentido, a arguição de prejudicial de sanidade deverá ser instruída com laudo médico capaz de indicar a intercorrência de natureza psiquiátrica que acometeu o servidor investigado à época dos fatos ou que, eventualmente, possa tê-lo acometido no transcurso do procedimento administrativo disciplinar.

20. O laudo médico deverá apontar a amplitude do comprometimento da capacidade de discernimento e autodeterminação do agente público investigado e de que forma isso possa ter contribuído à consumação da prática delitiva na esfera administrativa disciplinar.

21. Na eventualidade do peticionamento da defesa não estiver provido do elemento técnico supracitado, a comissão processante designada agirá de plano, notificando a defesa para que apresente o laudo médico que embasa a sua tese no prazo, improrrogável, de 05 (cinco) dias, vez que superado tal prazo, a petição de provocação do incidente de sanidade e todo o acervo documental que a fundamenta será remetida à autoridade administrativa para conhecimento, análise e decisão quanto ao pleito formalizado.

22. A arguição por parte da defesa, com o intuito de provocar a instauração de incidente de sanidade, deve observar o princípio da motivação, assim sendo deverá trazer os elementos técnicos que sustentem a sua tese, sob pena de ser considerada como inepta.

23. Em uníssono sentido é a orientação técnica da Controladoria Geral da União (CGU):

Enunciado CGU/CCC nº 12, de 2016: Atestado médico particular. Indeferimento de prova pericial. 1. O atestado médico particular não tem, necessariamente, o condão de sobrestar o processo disciplinar. 2. Inexistindo dúvida razoável acerca da capacidade do acusado para o acompanhamento do processo, com base no conjunto probatório carreado aos autos, poderá a prova pericial ser indeferida.

24. Compete à autoridade instauradora do processo administrativo disciplinar proferir decisão fundamentada acerca da instauração ou não do incidente de sanidade, proposto pela comissão processante ou provocado pela defesa.





Governo do Estado de Mato Grosso  
CGE - Controladoria Geral do Estado

25. Cabe destacar que a petição desprovida de laudo médico que sustente a tese de insanidade e, por conseguinte não configure dúvida razoável, deverá ser tida por inepta, impondo o seu indeferimento liminarmente pela autoridade competente.

26. Oportuno ainda esclarecer que o indeferimento liminar do pedido de instauração do incidente de sanidade não torna preclusa a matéria, podendo a mesma ser novamente arguida e com a cautela de trazer consigo os elementos hábeis à configuração da dúvida razoável.

#### 2.4 NECESSIDADE DE SUSPENSÃO DO PROCESSO E SEUS EFEITOS

27. Havendo a instauração do incidente de sanidade, recomenda-se à autoridade administrativa determinar a suspensão do processo administrativo disciplinar (PAD) até a prolação de decisão de mérito em sede do mencionado incidente, vez que não se revela lógica a continuidade do feito estando o acusado sob condição de dúvida elementar quanto a sua real capacidade de discernimento, condição esta que poderá impactar direta e decisivamente no rumo da apuração.

28. É imperioso destacar que a suspensão do processo não suspenderá o curso do prazo prescricional, posto que para tal exige-se previsão legal expressa, a qual inexistente para a presente hipótese.

29. De outra banda, importante salientar que no hiato temporal necessário ao desenvolvimento procedimental e à lavra de decisão do incidente de sanidade não será exigida a formalização de solicitações de prorrogações de prazo e reconduções da comissão disciplinar designada, implicando dizer que o prazo para conclusão da instrução do feito disciplinar, concedido à comissão, ficará sobrestado desde o deferimento do incidente até a sua decisão final.

30. O feito disciplinar será imediatamente retomado com a juntada da decisão final do incidente de sanidade, proferida pela autoridade administrativa, aos autos do processo disciplinar (PAD), cabendo à comissão designada cumprir fielmente as determinações extraídas da decisão do referendo incidente.



## 2.5 FORMAÇÃO DA JUNTA MÉDICA

31. A formação da **junta médica**, com o intuito de avaliar o servidor acusado e pronunciar quanto à sua plena capacidade mental, compete à Coordenadoria de Perícia Médica vinculada à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão SEPLAG.
32. A junta médica designada para realizar a perícia oficial será composta por 03 (três) servidores pertencentes ao quadro da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, que apresentem o perfil funcional de médico, e que, pelo menos um deles, possua habilitação profissional em psiquiatria.
33. A designação da junta médica deverá ocorrer no prazo máximo de 07 (sete) dias, contados da data de chegada da solicitação da autoridade instauradora do incidente de sanidade a Coordenadoria de Perícia Médica.
34. Em não havendo quantitativo suficiente de profissionais médicos com habilitação em psiquiatria nos quadros da SEPLAG MT, a Coordenadoria de Perícia Médica deverá solicitar aos demais órgãos do Poder Executivo Estadual a indicação dos referidos profissionais de seus quadros funcionais.
35. A solicitação deve ser formalizada no prazo máximo de 10 (dez) dias a contar da data de recebimento do pedido de formação de junta médica.
36. A solicitação proferida pela Coordenadoria de Perícia Médica se reveste de elevado interesse público e deverá ser atendida, em caráter prioritário, pelos demais órgãos do Poder Executivo Estadual.
37. Na hipótese da necessidade de composição de junta médica com servidores de outros quadros funcionais, a formação de tais juntas dar-se-á mediante portaria conjunta (SEPLAG - ÓRGÃO), a qual deverá ser publicada em imprensa oficial, no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da data de recebimento do instrumento de solicitação de servidores médicos, encaminhado pela SEPLAG.

## 2.6 DO PEDIDO DE INSTAURAÇÃO DO INCIDENTE DE SANIDADE

38. Consoante dito alhures, o incidente de sanidade poderá ser proposto pela comissão processante, de ofício, ou a pedido da defesa, mediante petição endereçada à autoridade





Governo do Estado de Mato Grosso  
CGE - Controladoria Geral do Estado

administrativa instauradora do processo administrativo disciplinar, sempre que existir dúvida razoável sobre a capacidade mental do acusado na época de ocorrência da irregularidade e/ou durante o transcurso do PAD.

39. *A priori* a documentação não será juntada aos autos do PAD. Correrá de forma autônoma até a decisão da autoridade sobre a instauração do incidente, assim sendo a comissão designada deverá recebê-las, avalia-las, complementá-las com aquilo que for pertinente e de sua alçada e, ato contínuo, remeter todo esse acervo documental à autoridade administrativa competente para que conheça do pedido e de suas razões e decida quanto a instauração ou não do incidente de sanidade. Desta forma os documentos alusivos ao pedido de incidente irão determinar a formação de um processo administrativo autônomo de natureza jurídica incidental ao processo administrativo disciplinar (PAD).

40. Sendo o incidente **proposto pela defesa**, o pedido deverá ser instruído com a) petição endereçada à autoridade instauradora do PAD; b) documentação que lastreie a dúvida razoável sobre a sanidade mental do acusado; c) quesitos da defesa; d) nomeação facultativa de assistente técnico médico e e) indicação expressa, precisa e atualizada do endereço, físico e eletrônico, bem como do número de telefone celular, para recebimento regular de intimações/notificações do patrono e do servidor periciando.

41. Presentes os elementos supracitados, a comissão processante, por meio de ata deliberativa, elaborará seus quesitos e remeterá o pedido de instauração de incidente à autoridade para decisão fundamentada.

42. Por outro lado, sendo o pedido de instauração de incidente de sanidade **proposto pela comissão processante**, este deverá ser formalizado por ata deliberativa fundamentada, onde conste os quesitos que deverão nortear a junta médica oficial em sua avaliação.

43. Após, realizar-se-á a intimação do acusado e de seu representante, para formulação de quesitos, apresentação de documentação que lastreie a dúvida razoável sobre a sanidade mental do acusado, caso subsista, e nomeação facultativa de assistente técnico médico. Ato contínuo, os autos serão remetidos à autoridade instauradora para análise e decisão fundamentada.

44. Em ambas as hipóteses, deverá ser juntada cópia da ata deliberativa da comissão processante nos autos do PAD. Esta terá a função de informar que se encontra em trâmite um pedido de instauração de incidente de sanidade.

45. Decidindo a autoridade pela instauração do incidente, ela deverá comunicar à comissão



Governo do Estado de Mato Grosso  
CGE - Controladoria Geral do Estado

processante e à Coordenadoria de Perícia Médica SEPLAG por meio de Ofício com cópia da decisão proferida.

46. Em outro sentido, sendo a decisão proferida desfavorável à instauração do incidente de sanidade, toda a documentação produzida deverá ser remetida à comissão processante para ser juntada ao PAD e para que se promova a continuidade regular da marcha processual.

## 2.7 DA AUTUAÇÃO E DA INSTRUÇÃO DOS AUTOS DO INCIDENTE DE SANIDADE

47. A autuação e registro dos autos do incidente de sanidade ficará à cargo da assessoria de gabinete da autoridade administrativa competente pela decisão de instauração do referido incidente processual.

48. São documentos essenciais à autuação e formalização do registro de protocolo, devendo instruir os autos do incidente processual: a) peticionamento da defesa ou ata deliberativa da comissão processante designada; b) documentos que instruem os atos requisitórios exordiais conforme rol taxativo fixado no tópico II.6 e c) decisão fundamentada pela instauração do incidente de sanidade.

49. Concluída as etapas supra, os autos serão tramitados à Coordenadoria de Perícia Médica SEPLAG. Esta coordenadoria terá responsabilidade de compor a junta médica. A composição da junta médica e a data da perícia deverão ser publicadas no Diário Oficial do Estado em ato único.

50. A data, hora e local de realização do exame pericial deverá ser comunicada ao periciando e seu defensor, por meio de mandado de intimação, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias. A intimação será efetuada pela Coordenadoria de Perícia Médica - SEPLAG.

51. A nomeação de assistente técnico médico é uma faculdade assegurada ao acusado e ao exercê-la arcará exclusivamente com o ônus financeiro deste profissional.

52. Havendo a nomeação de um assistente técnico médico, por parte da defesa do acusado, fica o ônus de comunicação da prática e realização dos atos administrativos, em sede de incidente, atribuído integral e exclusivamente à defesa do servidor periciando.

53. A avaliação pela junta médica oficial contará com a presença do servidor investigado e de seu assistente técnico, se houver.





Governo do Estado de Mato Grosso  
CGE - Controladoria Geral do Estado

54. O servidor submetido a perícia médica poderá contar com a assistência de seu procurador, todavia eventuais manifestações ocorrerão em momento posterior à conclusão do ato.

55. Cabe enfatizar que na hipótese de sua ausência na realização do referido ato isto não importará em prejuízos às garantias constitucionais de ampla defesa e de contraditório.

56. Pontua-se que o exercício do contraditório e da ampla defesa, em relação as provas periciais, ocorrem de duas formas: *a priori*, com a possibilidade de apresentação de quesitos e nomeação de assistente técnico; e *a posteriori*, com o acesso ao laudo pericial, podendo questioná-lo, impugná-lo ou solicitar esclarecimentos.

57. Uma vez concluso o exame pericial, o laudo médico deverá ser juntado aos autos do incidente de sanidade pela Coordenadoria de Perícia Médica SEPLAG e, ato contínuo, remetido à autoridade instauradora para conhecimento do resultado.

58. A autoridade deverá proceder a intimação do acusado e seu defensor, bem como oficial à comissão processante, para análise e manifestação quanto à eventuais obscuridades, contradições e/ou omissões contidas no laudo pericial emitido, no prazo de 05 (cinco) dias.

59. Após o prazo, emitirá decisão fundamentada acerca do deslinde da instrução processual disciplinar.

60. É imperioso destacar que o incidente de sanidade deve observar o princípio da celeridade, posto tratar-se de procedimento de natureza suplementar ao feito administrativo disciplinar.

61. O alongar do rito do incidente de sanidade poderá ensejar reflexos negativos e indesejados ao processo principal (PAD) podendo ensejar, em última análise, a configuração da prescrição da pretensão punitiva.

## 2.8 DOS ATOS ESSENCIAIS QUE INSTRUEM OS AUTOS DO INCIDENTE DE SANIDADE

62. São documentos essenciais à autuação e formalização do registro de protocolo, devendo instruir os autos do incidente processual: a) peticionamento da defesa ou ata deliberativa da comissão processante designada; b) documentos que instruem os atos requisitórios exordiais; c) decisão fundamentada pela instauração do incidente de sanidade; d) instrumentos de notificação/intimação, devidamente preenchidos, dos atos processuais





Governo do Estado de Mato Grosso  
CGE - Controladoria Geral do Estado

inerentes e necessários ao desenvolvimento processual do incidente em cotejo; e) documentos instrutórios complementares eventualmente encaminhados pela defesa, pela comissão processante designada, pela Coordenadoria de Perícia Médica e pela junta médica oficial; f) laudo pericial oficial; g) ofício de encaminhamento do laudo pericial oficial à autoridade administrativa; h) notificação da defesa e da comissão processante disciplinar quanto ao resultado do laudo pericial exarado pela junta médica oficial; i) manifestações conclusivas, proferidas pela defesa e pela comissão processante disciplinar, quanto o resultado do laudo pericial; e j) decisão conclusiva do incidente de sanidade proferida pela autoridade administrativa competente.

## 2.9 QUAIS AS CONSEQUÊNCIAS DA PERÍCIA?

63. O laudo pericial, ao responder os quesitos formulados pela defesa e pela comissão processante designada, determinará consequências relevantes à instrução do processo administrativo disciplinar, as quais deverão balizar a construção de decisão fundamentada exarada pela autoridade instauradora do procedimento disciplinar (PAD), devendo tal decisão ser clara e específica.

64. Concluindo a junta médica pela plena capacidade mental do servidor, o processo disciplinar retomará a sua marcha normalmente.

65. Uma vez a Perícia Médica Oficial atestando a pela incapacidade mental do agente, há que se apontar, precisamente, se esta acometia o servidor à época da prática do fato administrativo irregular, somente, ou veio acometê-lo no curso do processo administrativo disciplinar.

66. Se as limitações da capacidade cognitiva do agente público originaram-se à época da prática da conduta irregular, imperioso atentarmos à clarividente lição doutrinária:

Mas se a junta médica oficial atesta a incapacidade mental do servidor apenas à época da conduta tida como ilícito funcional, declarando-o normal à época em que é processado, a comissão relata o fato à autoridade instauradora, com proposta de que seja arquivado o processo administrativo disciplinar (...) (TEIXEIRA, Marcos Salles. Anotações sobre Processo Administrativo Disciplinar, 2020, p. 1173)

67. Em síntese, o agente infrator é tido por inimputável, conforme clássica e fundamental previsão normativa contida no Código Penal brasileiro, *verbis* :



Governo do Estado de Mato Grosso  
CGE - Controladoria Geral do Estado

Art. 26 - É isento de pena o agente que, por doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado, era, ao tempo da ação ou da omissão, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento .  
(Código Penal)

68. Tratando-se de incapacidade persistente, qual seja, incapacidade que acometia o servidor à época dos fatos funcionais, tidos por irregulares, e que se mantém até a época do processo disciplinar, faz-se necessário o acatamento do entendimento doutrinário infra, *verbis* :

Já se a junta médica oficial atesta a incapacidade mental do servidor não só à época da conduta ilícita como também à época do processo , igualmente a comissão relata à autoridade instauradora com proposta de arquivamento do processo administrativo disciplinar (...)

(...)

Neste caso, em que, além da comprovada incapacidade mental à época, a junta médica oficial atesta que a incapacitação de se autodeterminar permanece, instrui-se o processo administrativo disciplinar com cópia do processo do incidente de sanidade mental, dispensa-se este do principal, arquiva-se o principal e remete-se apenas o processo do incidente de sanidade mental de volta ao Serviço Médico, a fim de que se opine sobre a necessidade de se conceder licença para tratamento de saúde (por no máximo 24 meses) e, após este período, aposentadoria por invalidez . (TEIXEIRA, Marcos Salles. Anotações sobre Processo Administrativo Disciplinar, 2020, p. 1173-1174)

69. Trilhando por outra vertente, entendendo a Perícia Médica Oficial pela incapacidade mental do agente e apontando que esta veio acometer o servidor somente no transcurso da instrução disciplinar, determinando a ausência de condições de acompanhar o feito, deverá ser apontado pela Junta Médica Oficial se o servidor tem a possibilidade de reassumir a plena capacidade mental para a prática de atos jurídicos e, por conseguinte, retomar o regular e efetivo acompanhamento do processo administrativo disciplinar instaurado em seu desfavor e nele exercera sua defesa.

70. Em arremate, a doutrina orienta, de forma mais acurada, no sentido de:





E, por outro lado, se a junta médica oficial conclui que o servidor é doente mental à época em que corre o processo (a ponto de não compreender a ilicitude e de se defender) mas que a doença é posterior à infração, ou seja, que ele tinha capacidade à época do cometimento do fato, o andamento do processo administrativo disciplinar fica suspenso (pelo limite máximo do prazo prescricional, que, a priori, não se suspende) até que se comprove a cura, quando prosseguirá em seu curso normal de apuração da responsabilidade pelo ato (inclusive com a faculdade de se refazer atos de instrução que porventura tenham sido realizados sem sua presença).

(...)

No caso de a junta médica oficial atestar a insanidade mental à época em que transcorre o processo, pode a autoridade instauradora provocar repercussões jurídicas deste laudo em outras instâncias. Um exemplo é a provocação que a autoridade instauradora pode fazer ao Departamento de Trânsito (Detran) da unidade da federação, caso se saiba que é portador de carteira nacional de habilitação (CNH) vigente, informando que o servidor foi submetido a perícia médica oficial, nos termos do art. 160 da Lei nº 8.112, de 1990, que atestou sua presente incapacidade mental (sem necessitar expor qual a doença em si foi diagnosticada, a fim de não ferir o sigilo médico).

Decorridos vinte e quatro meses sem que o acusado se restabeleça, sendo aposentado por invalidez (conforme o art. 188 da Lei nº 8.112, de 11/12/90), o processo disciplinar é arquivado (...) (TEIXEIRA, Marcos Salles. Anotações sobre Processo Administrativo Disciplinar, 2020, p. 1174)

### 3 CONCLUSÃO

71. Ante o exposto, tem-se que o incidente de sanidade mental é o instrumento processual hábil a averiguar a condição mental do servidor à época dos fatos e/ou do processo em caso de dúvida razoável a respeito desta. A instauração poderá ser suscitada pelo acusado ou comissão processante antes da abertura do processo e até o seu julgamento.

72. Destaca-se que não é qualquer transtorno psíquico ou mental que reclamará a instauração do incidente, tampouco eventuais embaraços causados pelos acusados no





Governo do Estado de Mato Grosso  
CGE - Controladoria Geral do Estado

processo, que por vezes tem somente o intuito de postergar a apuração.

73. O incidente de sanidade se presta a comprovar eventual ocorrência de situações que de fato incapacitem relativamente o acusado tanto para prática de atos da vida civil (art. 4º do Código Civil). Ademais, para aqueles que são considerados inimputáveis (art. 26 do Código Penal).

74. Recomenda-se a suspensão do processo administrativo disciplinar até a conclusão do laudo pericial, uma vez que não se revela lógica a continuidade do feito estando pendente a conclusão do incidente.

75. A instauração de incidente de sanidade é de competência exclusiva da autoridade administrativa que instaurou o processo administrativo disciplinar.

76. A junta médica deverá ser designada pela Coordenadoria de Perícia Médica da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (SEPLAG).

77. O rito do incidente de sanidade compreenderá as seguintes fases: I) autuação, II) designação da junta médica, III) intimação do servidor para submissão à avaliação, IV) exame pericial e V) expedição de laudo médico em resposta aos quesitos formulados pela comissão processante disciplinar e/ou defesa.

78. Em homenagem ao princípio da celeridade processual o incidente de sanidade deverá ser o mais breve possível, de forma a afastar eventuais riscos à instrução disciplinar dentre os quais destaca-se a configuração da prescrição da pretensão punitiva.

79. Uma vez conclusa a perícia oficial e remetido o laudo médico conclusivo à autoridade administrativa instauradora, será proferida decisão fundamentada quanto ao deslinde do processo administrativo disciplinar, podendo ser no sentido de I) arquivamento do feito disciplinar ante a inimizabilidade do agente público à época dos fatos, II) arquivamento do feito disciplinar ante a incapacidade permanente de determinação e pleno exercício de defesa e de contraditório ou III) suspensão do processo administrativo disciplinar até a retomada da plenitude das faculdades mentais do servidor investigado, restaurando a sua capacidade de atuação processual, ou até a materialização do instituto da prescrição.

80. Esta é a orientação, que se submete à apreciação superior.



Governo do Estado de Mato Grosso  
CGE - Controladoria Geral do Estado

À apreciação superior.

Cuiabá, 16 de Dezembro de 2021

Renan Zattar Ferreira da Silva  
Auditor do Estado

Sildemar Antonio Alves  
Auditor do Estado

Paulo Farias Nazareth Netto  
Superintendente de Processos de Agentes Públicos